



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2017.

Às nove horas e dois minutos, do dia dezenove de abril do ano de dois mil e dezessete, no Plenário Deputado José Mariz, sob a presidência da deputada Estela Bezerra, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba para deliberar sobre as matérias constantes na Pauta. Havendo número regimental a Presidente declarou abertos os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Permanente de Constituição, Justiça e Redação. Contando com as presenças da presidente deputada Estela Bezerra, das deputadas Camila Toscano e Daniella Ribeiro, dos deputados Trócolli Júnior e Hervázio Bezerra. Ato contínuo, a presidente convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos, a quem solicitou a leitura do Edital de Convocação, da justificativa de ausência do deputado Genival Matias. Leitura da Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 28/03/2017. Posta em discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade e sem restrições. Ato contínuo, a presidência determinou à secretária que procedesse a leitura da Pauta. Discussão e votação dos Projetos de Lei Ordinária. Projeto de Lei Ordinária nº 1.093/2016, do deputado Humberto Trocolli Júnior, que “dispõe sobre desenvolvimento sustentável da carcinicultura no estado da Paraíba e dá outras providências”. Em discussão, a deputada Daniella Ribeiro solicitou vistas e a presidente concedeu a extensão de prazo. Projeto de Lei Ordinária nº 1.123/2016, do deputado Tovar Correia Lima, que “inclui o doador regular de sangue nos grupos prioritários para receber gratuitamente a imunização contra o vírus influenza a (h1n1) na rede pública do Estado da Paraíba e dá outras providências”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pelo arquivamento devido à existência de projeto apresentado em mesma sessão. Em votação, o parecer foi aprovado por

unanimidade. Projeto de Lei Ordinária nº 1.127, do deputado Tovar Correia Lima, que “considera a ‘Vaquejada’ patrimônio cultural e imaterial do estado da Paraíba”. Adiada a apreciação. Projeto de Lei Ordinária nº 1.145/2016, do deputado Caio Roberto, que “estabelece prioridade na tramitação dos processos administrativos em que figurem como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior aos 60 (sessenta) anos”. O relator deputado Trócolli Júnior, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pelo arquivamento do projeto por existir lei em vigor no mesmo sentido. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Ordinária nº 1.146/2016, deputado Caio Roberto, que “torna obrigatória a divulgação de informação sobre o índice de infecção hospitalar pelos hospitais da rede pública e privada de saúde no Estado da Paraíba”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela juridicidade e constitucionalidade com emenda substitutiva. A deputada Daniella Ribeiro informou que o princípio da publicidade constitucional garante o direito de informação ao cidadão, o qual pode solicitar ao hospital. A deputada Estela Bezerra concordou que o projeto de lei beneficia os usuários e é constitucional. A deputada Camila Toscano disse que o substitutivo retira a obrigatoriedade de divulgação para a rede pública, permanecendo para a rede privada. Em votação, o parecer da relatora foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Ordinária nº 1.147/2016, do deputado Tovar Correia Lima, que “concede o Título de Cidadania Paraibana ao senhor Murilo Correia Paraíso e dá outras providências”. O deputado Trócolli Júnior, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Ordinária nº 1.148/2016, do deputado Renato Gadelha, que “acrescenta o §2º ao Art. 14 da Lei Estadual 7.131/02, que trata do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA, e dá outras providências”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Ordinária nº 1.149/2016, do deputado Renato Gadelha, que “proíbe a venda casada de seguros nos transportes rodoviários intermunicipais dentro do Estado da Paraíba”. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. A presidente comunicou estar em Mesa o Projeto de Lei Complementar nº 35/2017 e a Medida Provisória nº 252/2017. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.150/2016, do deputado Renato Gadelha, “inclui no calendário turístico do Estado da Paraíba, o evento

denominado "Ferrochão", realizado na cidade de São Francisco/PB". O relator deputado Hervázio Bezerra proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Ordinária nº 1.151/2016, do deputado Frei Anastácio, que "denomina a escola técnica do Cariri de Inácio Antonino". O relator deputado Trócolli Júnior proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por unanimidade. Inclusão em pauta do Projeto de Lei Complementar nº 35/2017, do governador do Estado, (Mensagem nº 05 de 15/03/17) que "altera a Lei Complementar 87, de 02 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a Organização Estrutural e Funcional da Polícia Militar do Estado da Paraíba e dá outras providências". O parecer da deputada Camila Toscano foi pela constitucionalidade e juridicidade. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Inclusão em Pauta da Medida Provisória nº 252/2017, do governador do Estado, (Mensagem nº 03), que "altera a redação da LEI nº 10.327, De 11 de junho de 2014, que institui o Prêmio Paraíba Unida pela Paz – PPUP". O relator deputado Hervázio Bezerra proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Explicou que existe acordo entre o governo do Estado e o Fisco Estadual sobre indenização de transporte. A deputada Camila Toscano alertou que a propositura deveria trazer o que dispunha a lei anterior para comparar as modificações. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, declarou encerrada a reunião. Lavrando, a presente Ata, a redatora Evelin Elena Duarte Limeira, Assessor Legislativo, que depois de lida e aprovada deverá ser rubricada em todas as folhas e assinada pela presidenta deputada Estela Bezerra, conforme dispõe o art. 60, do RI, desta Casa Legislativa. Plenário Deputado José Mariz, João Pessoa, 19 de abril de 2016.

Deputada Estela Bezerra
- Presidenta –